

ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário	V
---------------	---

PARTE IX – PROCESSO DE EXECUÇÃO

Capítulo XXII – Princípios Gerais

§ 93 – Execução Forçada	
624 – O Processo judicial	3
625 – Processo de conhecimento e processo de execução	3
626 – Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento	4
627 – Visão unitária da jurisdição	5
628 – Realização da sanção: fim da execução forçada	6
629 – Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada	6
630 – Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos	7
631 – Meios de execução	8
632 – Autonomia do processo de execução	8
§ 94 – Princípios Informativos da Tutela Jurisdicional Executiva	
633 – Princípios informativos do processo de execução	10
634 – Toda execução é real	11
635 – A execução tende apenas à satisfação do direito do credor	11
636 – Princípio da utilidade da execução	11
637 – Princípio da economia da execução	12
638 – Princípio da especificidade da execução	12
639 – Princípio dos ônus da execução	12
640 – Princípio do respeito à dignidade humana	13
641 – Princípio da disponibilidade da execução	13
641-a – Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo	14
§ 95 – Formas de Execução e Atos de Execução	
642 – As várias formas de execução	16
643 – Execução singular e execução coletiva	16
644 – Atos de execução	17
645 – Relação processual executiva	18
§ 96 – Execução Provisória e Definitiva	
646 – Conceito	20
647 – Fundamentos da execução provisória	20
648 – Execução embargada de título extrajudicial	21
649 – Situação do tema no Código	21
650 – Princípios básicos da execução provisória	22
§ 97 – Procedimento	
651 – Procedimento da execução forçada	24

§ 98 – Disposições Gerais

652 – Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento	25
653 – Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça.	25

Capítulo XXIII – Requisitos para Realizar Qualquer Execução

§ 99 – Pressupostos da Execução Forçada

654 – Pressupostos processuais e condições da ação.	27
655 – O título executivo	28
656 – Função do título executivo	28
657 – Efeito prático do título executivo.	29
658 – Requisitos do título executivo: liquidez, certeza e exigibilidade.	30
659 – Formas dos títulos executivos	31
660 – O inadimplemento do devedor	32
661 – O inadimplemento em contrato bilateral.	33

Capítulo XXIV – A Relação Processual e seus Elementos

§ 100 – Elementos Objetivos e Subjetivos do Processo de Execução

662 – Elementos do processo executivo	35
---	----

Capítulo XXV – Elementos Subjetivos (I)

§ 101 – Partes. Legitimação Ativa

663 – Nomenclatura	37
664 – Legitimação ativa	37
665 – Legitimação ativa originária do credor.	38
666 – Legitimação extraordinária do Ministério Público	38
667 – Legitimação ativa derivada ou superveniente	38
668 – Espólio	39
669 – Herdeiros e sucessores	40
670 – Cessionário	40
671 – Sub-rogado.	41
672 – Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante	42
673 – Terceiros interessados.	42

§ 102 – Legitimação Passiva

674 – Legitimação passiva	43
675 – Dívida e responsabilidade.	43
676 – O devedor	45
677 – Espólio e sucessores.	45
678 – O novo devedor	46
679 – Fiador judicial	47
680 – Fiador extrajudicial	48
681 – Responsável tributário.	49
682 – Revelia do devedor e curador especial.	51

§ 103 – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros no Processo de Execução

683 – Litisconsórcio	52
684 – Assistência	53
685 – Denúnciação da lide	53
686 – Chamamento ao processo	54

§ 104 – Execução por Iniciativa do Próprio Devedor

687 – O direito à liberação	57
---------------------------------------	----

688 – Natureza do procedimento	57
689 – Cabimento da medida	58
690 – Procedimento	58

§ 105 – Processo Cumulativo	
691 – Cumulação de execuções	59

Capítulo XXVI – Elementos Subjetivos (II)

§ 106 – O Órgão Judicial	
692 – Juízo competente para a execução	61
693 – Execução de sentença	61
694 – Competência para execução civil de sentença penal	62
695 – Competência para execução de títulos extrajudiciais	63
696 – Competência para a execução fiscal	63
697 – Competência internacional	64
698 – Competência para deliberação sobre os atos executivos	64

Capítulo XXVII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)

§ 107 – Títulos Executivos Judiciais	
699 – Títulos executivos judiciais. Enumeração legal	67
700 – Sentença condenatória civil	68
701 – Sentenças de indenização de ato ilícito: pensionamento	69
702 – Sentença penal condenatória	71
703 – Sentença homologatória.	72
703-a – Sentença arbitral	73
704 – Sentença estrangeira.	73
705 – O formal e a certidão de partilha	74
§ 108 – Particularidade de Alguns Títulos Executivos Judiciais	
706 – Condenação a prestações alternativas	75
707 – Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	75
708 – Requisito de admissibilidade da execução de sentença condicional ou a termo	77

Capítulo XXVIII – Título Judicial Ilíquido

§ 109 – Liquidação da Sentença Condenatória Genérica	
709 – Sentença ilíquida.	79
710 – Execução de sentença ilíquida	79
711 – Casos de iliquidez da sentença	80
712 – Natureza jurídica da liquidação da sentença	80
713 – Limites da liquidação	81
714 – Contraditório	82
715 – Liqueidez parcial da sentença	82
716 – Liquidação por iniciativa do vencido.	83
717 – Recursos	83
718 – Liquidação frustrada.	84
§ 110 – Procedimento da Liquidação	
719 – Procedimentos	85
720 – Liquidação por cálculo	85
721 – Liquidação por arbitramento	86
722 – Liquidação por artigos.	87
722-a – A indisponibilidade do rito da liquidação	88
723 – Rescisão da sentença liquidatória.	89

Capítulo XXIX – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)

§ 111 – Objeto da Atividade Executiva	
724 – Bens exequíveis	93
§ 112 – Responsabilidade Patrimonial	
725 – Obrigação e responsabilidade.	94
726 – Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor	95
727 – Responsabilidade e legitimação passiva para a execução.	95
728 – Responsabilidade executiva secundária	96
729 – Excussão de bens do sucessor singular.	96
730 – Excussão de bens do sócio	97
731 – Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica	98
732 – Bens do devedor em poder de terceiros	98
733 – Excussão de bens do devedor casado: tutela da meação	99
734 – Bens alienados em fraude de execução.	100
735 – Casos de fraude de execução	101
736 – Fraude de execução e insolvência do devedor.	102
736-a– A posição do terceiro adquirente em face da execução.	104
737 – Bens sujeitos ao direito de retenção	105
738 – Excussão de bens do fiador	105
739 – Bens de espólio	106

Capítulo XXX – Elementos Objetivos do Processo de Execução (III)

§ 113 – Execução de Títulos Extrajudiciais	
740 – Execução de sentença e ação executiva	107
741 – Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança	108
§ 114 – Títulos Executivos Extrajudiciais	
742 – Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação	109
743 – Títulos cambiários e cambiariformes.	110
744 – Duplicatas	111
745 – Responsáveis cambiários	111
746 – Documento público ou particular.	111
747 – Confissões de dívida.	112
748 – Hipoteca, penhor, anticrese e caução.	113
749 – Classificação das garantias	115
750 – Seguros.	116
751 – Rendas imobiliárias	116
752 – Encargo de condomínio	116
753 – Custas judiciais	118
754 – Dívida ativa da Fazenda Pública	118
755 – Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título.	120
756 – Títulos executivos definidos em outras leis	121
757 – Títulos estrangeiros	121

Parte X – DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO**Capítulo XXXI – Disposições Gerais**

§ 115 – Regras Pertinentes às Diversas Espécies de Execução	
758 – Organização da matéria no Código de Processo Civil	125
759 – Direito de preferência gerado pela penhora	125
760 – A documentação da petição inicial	127

761 – Outras providências a cargo do credor	128
762 – Obrigações alternativas	128
763 – Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese ou usufruto	128
764 – Medidas acautelatórias	129
765 – Dívida sujeita a contraprestação	129
766 – Petição inicial incompleta ou mal-instruída	129
767 – Execução e prescrição	130
768 – Nulidades no processo de execução	131
769 – Imperfeição do título executivo.	131
770 – Falta de título executivo.	131
771 – Nulidade da execução fiscal	132
772 – Vício da citação	133
773 – Verificação da condição ou ocorrência do termo	133
774 – A arguição das nulidades	134
775 – A arrematação de bem gravado com direito real	134
776 – Execução realizável por vários meios	135

Capítulo XXXII – Execução para Entrega de Coisa

§ 116 – Procedimento Próprio para a Execução das Obrigações de Dar	
777 – Conceito	137
778 – Entrega de coisa certa	138
779 – Procedimento	138
780 – Efeito dos embargos	139
781 – Alienação da coisa devida	139
782 – Execução da obrigação substitutiva	140
783 – Execução de coisa sujeita a direito de retenção	140
784 – Títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas “lato sensu”	141
785 – Execução para entrega de coisa incerta	141

Capítulo XXXIII – Execução das Obrigações de Fazer e Não-fazer

§ 117 – Procedimentos Próprios das Execuções das Obrigações de Fazer e Não-Fazer	
786 – O problema da execução das prestações de fato	145
787 – Fungibilidade das prestações	146
788 – “Astreinte”: a multa como meio de coação	146
789 – Distinções preliminares	147
790 – Princípios comuns	148
791 – Execução das prestações fungíveis	148
792 – Realização da prestação fungível por terceiro	149
793 – Inadimplência do terceiro arrematante	150
794 – Realização da prestação pelo próprio credor	150
795 – Execução das prestações infungíveis	151
796 – Execução das prestações de declaração de vontade	151
797 – Satisfação da contraprestação a cargo do exequente	152
798 – A execução das sentenças que condenam à declaração de vontade	153
799 – Natureza jurídica da sentença	154
800 – Execução das obrigações de não-fazer	154
800-a – Medidas sub-rogatórias e antecipatórias	155

Capítulo XXXIV – Execução por Quantia Certa

§ 118 – Noções Gerais	
801 – O objetivo da execução por quantia certa	159
802 – Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados	160

803 – Espécies	161
--------------------------	-----

Capítulo XXXV – Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente

§ 119 – Fase de Proposição

804 – Execução por quantia certa contra devedor solvente	163
805 – Proposição	164
806 – Arresto de bens do devedor não encontrado	165

Capítulo XXXVI – Fase de Instrução (I)

§ 120 – Penhora

807 – A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa	167
808 – Natureza jurídica da penhora	168
809 – Função da penhora	169
810 – Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros	171
811 – Inscrição da penhora que recai sobre imóvel	173
812 – Inscrição da penhora de imóvel em face da Lei dos Registros Públicos	173

§ 121 – Objeto da Penhora

813 – Bens penhoráveis e impenhoráveis	176
814 – Bens absolutamente impenhoráveis	177
814-a – A impenhorabilidade do imóvel de residência da família	179
815 – Bens relativamente impenhoráveis	180
816 – A penhorabilidade dos fundos líquidos do sócio em sociedade mercantil	181
817 – Limites da penhora	183
818 – Escolha dos bens a penhorar	183
819 – Gradação legal da nomeação de bens à penhora e outras exigências da lei a serem cumpridas pelo devedor	184
820 – Nomeação de bens pelo credor	185
821 – Bens fora da comarca	186

§ 122 – Realização e Formalização da Penhora

822 – Penhora pelo oficial de justiça	187
823 – Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial	188
824 – Auto de penhora e depósito e penhora por termo do escrivão	188
825 – Intimação de penhora	189

§ 123 – Penhoras Especiais

826 – Particularidades da penhora de certos bens	190
827 – Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais	190
828 – Penhora de direitos e ações	190
829 – Penhora sobre créditos do executado	191
830 – Sub-rogação do exequente nos direitos do executado	191
831 – Penhora no rosto dos autos	192
832 – Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas	192
833 – Penhora de empresas e outros estabelecimentos	193
834 – Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público	193
835 – Penhora de navio ou aeronave	194
836 – Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens	194

§ 124 – Alterações e Resgate da Penhora

837 – Modificações da penhora	195
838 – Remição da execução por quantia certa	196

§ 125 – Depósito e Administração dos Bens Penhorados	
839 – Depósito dos bens penhorados	197
840 – Escolha do depositário	197
841 – Função do depositário	198
842 – Alienação antecipada dos bens penhorados	198
843 – Depositário comum e depositário administrador	199
844 – Responsabilidade do depositário	199
845 – Entrega de bens após a expropriação executiva	199
846 – Prisão civil do depositário judicial	200

Capítulo XXXVII – Fase de Instrução (II)

§ 126 – Expropriação	
847 – Conceito	201
§ 127 – Arrematação	
848 – Conceito e natureza jurídica da arrematação	202
849 – Avaliação	202
850 – Laudo de avaliação	203
851 – Reflexos da avaliação sobre a alienação forçada dos bens penhorados	204
852 – Espécies de arrematação	204
853 – Leilão e praça	205
854 – Editais e outras divulgações da arrematação	206
855 – Intimação do devedor	207
855-a – Outras intimações	207
856 – Adiamento da arrematação	208
857 – A hasta pública	208
858 – Legitimação para arrematar	209
859 – Forma de pagamento da arrematação	210
860 – Auto de arrematação	210
861 – Arrematação de imóveis	211
862 – Desfazimento ou retratação da arrematação	212
863 – Carta de arrematação	214
864 – Efeitos da arrematação	215
865 – Evicção e arrematação	216
866 – Vícios redibitórios	217
867 – Ação anulatória da arrematação	217
§ 128 – Remição	
868 – Remição de bens	219
869 – Remição de bens e remição da execução	219
870 – Mecanismo da remição de bens	220
871 – Bens passíveis de remição	220
872 – Legitimação	220
873 – Oportunidade	221
874 – Preço	222
875 – Sentença de remição	222
876 – Carta de remição	222

Capítulo XXXVIII – Fase de Satisfação

§ 129 – Pagamento ao Credor	
877 – Satisfação do direito do credor	223
§ 130 – Pagamento por Entrega do Dinheiro	

878 – Entrega do dinheiro	224
879 – Concurso de preferência sobre o produto da execução	224
880 – Procedimento do concurso particular	225
§ 131 – Pagamento por Adjudicação de Bens	
881 – Adjudicação	227
882 – Pressuposto da adjudicação	228
883 – Multiplicidade de pretendentes à adjudicação	228
884 – Depósito do preço da adjudicação	229
885 – Sentença e carta de adjudicação	229
§ 132 – Pagamento por Usufruto Forçado	
886 – Usufruto de imóvel ou empresa	231
887 – Usufruto forçado de empresa	233

Capítulo XXXIX – Execução contra a Fazenda Pública

§ 133 – Procedimento Especial da Execução por Quantia certa contra o Poder Público	
888 – Execução forçada contra a Fazenda Pública	237
889 – O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários	239
890 – Execução de obrigação de dar	240

Capítulo XL – Execução da Obrigação de Alimentos

§ 134 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa em Matéria de Alimentos	
891 – Execução da prestação alimentícia	241
892 – Averbação em folha de pagamento	241
893 – Prisão civil do devedor	242
894 – Execução de alimentos provisionais e alimentos definitivos	243
895 – Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos (art. 733)	244

Parte XI – OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO FORÇADA

Capítulo XLI – Resistência do Devedor e de Terceiros

§ 135 – Embargos do Devedor	
896 – Resistência à execução	247
897 – Natureza jurídica dos embargos à execução	248
898 – Classificação dos embargos do devedor	248
899 – Legitimação	249
900 – Autonomia dos embargos de cada co-executado	250
901 – Competência	251
902 – Generalidades sobre o processamento dos embargos	252
903 – Segurança do juízo como condição da ação de embargos do devedor	253
904 – Prazo para propositura dos embargos do devedor	253
905 – Rejeição liminar dos embargos	255
906 – Procedimento	255
907 – Revelia nos embargos	256
908 – Efeito suspensivo dos embargos	256
909 – Embargos à execução de sentença	257
910 – Embargos de retenção por benfeitorias	260
911 – Embargos à execução fundada em título extrajudicial	261
912 – Autonomia da ação de embargos do devedor	262
913 – Embargos à arrematação e à adjudicação	263
913-a – Exceção de pré-executividade	263
§ 136 – Embargos de Terceiro	
914 – Conceito	266

915 – Legitimação ativa	266
916 – Legitimação passiva	267
917 – Valor da causa	267
918 – Competência	268
919 – Oportunidade	268
920 – Julgamento e recurso	268
921 – Procedimento	269
922 – Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real	269
923 – Sucumbência na ação de embargos de terceiro	270

Parte XII – INSOLVÊNCIA CIVIL

Capítulo XLII – Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente

§ 137 – Execução Concursal	
924 – Execução coletiva e execução singular	273
925 – Pressupostos da execução coletiva	274
926 – Efeitos da declaração de insolvência	276
927 – Característica da execução coletiva	277
928 – Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil	278
§ 138 – Primeira Fase do Processo de Insolvência	
929 – Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo	279
930 – Caracterização da insolvência	280
§ 139 – Espécies de Procedimentos Concursais e Iniciativa do Processo	
931 – Legitimação	282
932 – Insolvência requerida pelo credor	283
933 – Caráter facultativo da ação concursal	284
934 – Insolvência de cônjuges	284
935 – Ausência de bens penhoráveis do devedor.	285
§ 140 – Procedimentos da Execução Coletiva	
936 – Procedimento da insolvência requerida pelo credor.	286
937 – Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio	287
§ 141 – Competência para a Execução Concursal	
938 – Competência	291
§ 142 – Sentença Declaratória de Insolvência	
939 – Declaração judicial de insolvência	292
§ 143 – Administração da Massa	
940 – O administrador da massa.	294
941 – Atribuições do administrador.	295
§ 144 – Concurso de Credores	
942 – Verificação e classificação dos créditos	297
943 – Credores retardatários e credores sem título executivo	298
944 – Quadro geral de credores	299
§ 145 – Satisfação dos Direitos dos Credores e Finalização do Processo	
945 – Apuração do ativo e pagamento dos credores	301
946 – Encerramento e suspensão do processo	302
947 – Saldo devedor	303
948 – Extinção das obrigações.	303

§ 146 – Disposições Gerais	
949 – Concordata civil	306
950 – Pensão para o devedor	306
951 – Insolvência de pessoas jurídicas	307

Parte XIII – CRISES DA EXECUÇÃO E SISTEMA RECURSAL

Capítulo XLIII – Suspensão e Extinção do Processo de Execução

§ 147 – Vicissitudes do Processo Executivo	
952 – Suspensão da execução	313
953 – Casos de suspensão	314
954 – Suspensão provocada por embargos	314
955 – Suspensão prevista no art. 265, n ^{os} I a III	314
956 – Suspensão por inexistência de bens penhoráveis	315
957 – Efeitos da suspensão	315
958 – Extinção da execução	316
959 – Extinção por satisfação do direito do credor	316
960 – Extinção por remissão da dívida	316
961 – Extinção por renúncia	317
962 – Outros casos de extinção da execução	317
963 – Sentença de extinção	318
964 – Coisa julgada	318
§ 148 – Recursos no Processo de Execução	
965 – O problema recursal na execução	320
966 – Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes	320
967 – Casos de cabimento da apelação	321
968 – Casos de agravo de instrumento	321
969 – Efeitos dos recursos	322
970 – Causas de alçada	323

Parte XIV – PROCESSO CAUTELAR

Capítulo XLIV – Noções Gerais

§ 149 – Prevenção contra o Perigo de Dano no Curso do Processo	
971 – Processo e tempo	327
972 – Processo principal e processo cautelar	328
973 – A ação cautelar	329
974 – Medidas cautelares	329
975 – Peculiaridades da atividade cautelar. Instrumentalidade	330
976 – Provisoriedade	331
977 – Revogabilidade	332
978 – Autonomia	332
979 – Classificação das medidas cautelares	333
980 – Classificação do direito positivo	334
981 – Gráfico da classificação das medidas cautelares nominadas previstas no Código de Processo Civil	336
982 – Medidas cautelares contenciosas e não-contenciosas	337
982-a – Medidas cautelares e outras medidas provisórias: tutela cautelar e tutela antecipatória	337
§ 150 – Requisitos Específicos da Tutela Jurisdicional Cautelar	
983 – Requisitos da tutela cautelar	339
984 – O “fumus boni iuris”	339

985 – “Periculum in mora”	340
986 – Oportunidade da providência cautelar	341
987 – Tutela cautelar “ex officio”	342
988 – Caráter incidental da medida cautelar “ex officio”	343
§ 151 – Poder Geral de Cautela	
989 – Medidas típicas e medidas atípicas	344
990 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica	345
991 – Requisitos das medidas cautelares atípicas	345
992 – Forma e conteúdo das medidas atípicas	346
993 – A discricionariedade do poder geral de cautela e a escolha da medida atípica	346
994 – Opção entre medida típica e medida atípica	347
995 – Aplicação prática de medidas atípicas	348
996 – Limites do poder geral de cautela	348
Capítulo XLV – Relação Processual Cautelar	
§ 152 – Elementos Subjetivos do Processo Cautelar	
997 – Legitimidade	353
998 – Competência	354
999 – Competência e prevenção do juízo	354
1.000 – Competência cautelar em grau recursal	355
1.000-a – Intervenção de terceiros	356
§ 153 – Elementos Objetivos do Processo Cautelar	
1.001 – Objetos da tutela cautelar	358
1.002 – Provas	358
1.003 – Instrução do processo cautelar	359
1.004 – Autonomia da instrução do processo cautelar	360
Capítulo XLVI – Procedimento	
§ 154 – O Procedimento da Ação Cautelar	
1.005 – O procedimento da ação cautelar	361
1.006 – Procedimentos cautelares	362
1.007 – Autuação própria	362
1.008 – Cumulação de pedidos principais e cautelares	363
1.009 – Estabelecimento da relação jurídica processual	364
§ 155 – Petição Inicial da Ação Cautelar	
1.010 – Petição inicial	365
1.011 – Requisitos da petição inicial: partes e autoridade judiciária	366
1.012 – Lide e seu fundamento	366
1.013 – Exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão	367
1.014 – Provas a produzir	368
1.015 – O pedido	368
1.016 – Despacho da inicial e citação do requerido	368
§ 156 – Resposta do Requerido e Audiência de Instrução e Julgamento	
1.017 – A defesa do requerido	370
1.018 – Contestação, exceção e reconvenção	370
1.019 – Revelia	371
1.020 – Audiência de instrução e julgamento	371
§ 157 – Medida Liminar e Contracautela	
1.021 – Medida cautelar “inaudita altera parte”	373
1.022 – Comprovação dos requisitos da medida liminar	374
1.023 – Contracautela	375

Capítulo XLVII – Sentença e Execução em Processo Cautelar**§ 158 – Sentença Cautelar**

1.024 – Julgamento da pretensão cautelar	377
1.025 – Coisa julgada	377
1.026 – Limites da sentença	378
1.027 – Fundamentação	378
1.028 – Sucumbência e honorários advocatícios	378

§ 159 – Execução das Medidas Cautelares

1.029 – Execução em matéria cautelar	381
1.030 – Figura unitária do processo cautelar	381
1.031 – Impossibilidade de embargos à execução	382
1.032 – Prazo para executar a medida cautelar	382

Capítulo XLVIII – Vicissitudes das Medidas Cautelares**§ 160 – Fungibilidade**

1.033 – Fungibilidade das medidas cautelares	385
1.034 – A fungibilidade como evidência da verdadeira natureza do processo cautelar	385
1.035 – Condição de admissibilidade da caução substitutiva	386
1.036 – Procedimento	386

§ 161 – Eficácia da Medida Cautelar no Tempo

1.037 – Prazo ordinário de duração da medida cautelar	388
1.038 – A medida preparatória e o prazo de ajuizamento da ação principal	388
1.039 – Inobservância do prazo de ajuizamento da ação principal	389
1.040 – Conclusão	389
1.041 – Suspensão do processo	390

§ 162 – Extinção da Medida Cautelar

1.042 – Formas de extinção da medida cautelar	391
1.043 – Processamento da extinção	391
1.044 – Impossibilidade de renovar a medida que perdeu a eficácia	392

§ 163 – Modificação e Revogação da Medida Cautelar

1.045 – Modificabilidade e revogabilidade	393
1.046 – Procedimento	394
1.047 – Revogação de medida cautelar liminar	394

Capítulo XLIX – Recursos no Processo Cautelar**§ 164 – Remédios Recursais**

1.048 – Apelação	395
1.049 – Agravo de instrumento	395
1.050 – Recurso extraordinário e recurso especial	396

Capítulo L – Responsabilidade Civil Decorrente da Medida Cautelar**§ 165 – Reparação do Dano Causado pela Medida Cautelar**

1.051 – Responsabilidade civil do promovente	397
1.052 – Liquidação e execução da indenização	398

Parte XV – MEDIDAS CAUTELARES TÍPICAS OU NOMINADAS**Capítulo LI – Procedimentos Cautelares Específicos****§ 166 – Arresto**

1.053 – Conceito	401
1.054 – Arresto e seqüestro	402
1.055 – Pressupostos para concessão do arresto	402
1.056 – Prova de dívida líquida e certa	402
1.057 – Fundado receio de dano	403
1.058 – Comprovação dos pressupostos do arresto.	404
1.059 – Prova documental	404
1.060 – Justificação prévia	404
1.061 – Caução	405
1.062 – Liquidez e certeza do título do promovente	405
1.063 – Bens arrestáveis	406
1.064 – Legitimação para a ação de arresto.	407
1.065 – Competência	407
1.066 – Procedimento	407
1.067 – Execução do arresto	408
1.068 – Depositário.	409
1.069 – Suspensão da execução do arresto	409
1.070 – Efeitos do arresto	410
1.071 – Extinção do arresto	410
§ 167 – Seqüestro	
1.072 – Conceito	413
1.073 – Ação de seqüestro	413
1.074 – Procedimento	414
1.075 – Disciplina comum do arresto e do seqüestro.	414
1.076 – Cabimento do seqüestro.	414
1.077 – Objeto do seqüestro	415
1.078 – Requisitos de admissibilidade do seqüestro	415
1.079 – Casuismo legal.	416
1.080 – Receio de rixas e danificações	417
1.081 – Seqüestro de frutos e rendimentos do imóvel reivindicando	418
1.082 – Seqüestro a propósito de ações matrimoniais	418
1.083 – Outras previsões legais de seqüestro	418
1.084 – Execução e efeitos do seqüestro	419
§ 168 – Caução	
1.085 – Conceito	422
1.086 – Classificação	422
1.087 – Cauções legais	423
1.088 – Cauções negociais	423
1.089 – Caução processual.	423
1.090 – A ação de caução	423
1.091 – Objeto da caução	424
1.092 – Legitimação e competência.	425
1.093 – Procedimento	425
1.094 – Cauções tipicamente cautelares	426
1.095 – Execução da sentença	426
1.096 – Caução às custas	427
1.097 – Reforço da caução	427
§ 169 – Busca e Apreensão	
1.098 – Conceito	430
1.099 – Classificação	430
1.100 – Pressupostos	431

1.101 – Objeto	431
1.102 – Competência	431
1.103 – Procedimento	432
1.104 – Busca e apreensão em matéria de direitos autorais	433
§ 170 – Exibição	
1.105 – Conceito	435
1.106 – Ação de exibição	435
1.107 – Classificação	436
1.108 – Exibição incidental	437
1.109 – Ação cautelar exibirória	437
1.110 – Exibição de coisas móveis	438
1.111 – Exibição de documentos	438
1.112 – Exibição de escrituração e documentação comercial	438
1.113 – Procedimento da ação exibirória contra parte	439
1.114 – Procedimento da ação exibirória contra terceiro	442
1.115 – Eficácia da exibição	443
1.116 – Prevenção de competência	443
1.117 – Ação exibirória e medida liminar	443
§ 171 – Produção Antecipada de Provas	
1.118 – Antecipação de prova	446
1.119 – Ação cautelar antecipatória	446
1.120 – Cabimento	447
1.121 – Oportunidade	448
1.122 – Objeto da antecipação de prova	449
1.123 – Competência	449
1.124 – Procedimento	449
1.125 – Sentença	450
1.126 – Valoração da prova antecipada	450
1.127 – Eficácia	450
1.128 – Medida “inaudita altera parte”	451
1.129 – Despesas processuais	451
1.130 – Destino dos autos	451
§ 172 – Alimentos Provisionais	
1.131 – Alimentos	453
1.132 – Alimentos provisionais	453
1.133 – Cabimento e oportunidade	454
1.134 – Legitimação	455
1.135 – Competência	455
1.136 – Procedimento	456
1.137 – Conteúdo dos alimentos provisionais	457
1.138 – Alimentos provisionais fora das relações matrimoniais	457
1.139 – Outras ações de cunho alimentar	458
1.140 – Duração da prestação provisional de alimentos	458
1.141 – Execução	459
§ 173 – Arrolamento de Bens	
1.142 – Conceito	461
1.143 – Pressupostos	461
1.144 – Objetivo da medida	462
1.145 – Legitimação	462
1.146 – Procedimento	463
1.147 – O contraditório	464

1.148 – Sentença	464
1.149 – Eficácia.	464
§ 174 – Justificação	
1.150 – Conceito	466
1.151 – Natureza jurídica	466
1.152 – Objeto	467
1.153 – Competência	467
1.154 – Procedimento	467
1.155 – Julgamento da justificação	468
§ 175 – Protestos, Notificações e Interpelações	
1.156 – Conceito	471
1.157 – Protesto.	471
1.158 – Notificação.	472
1.159 – Interpelação	472
1.160 – Indeferimento do pedido	473
1.161 – Contraprotesto	474
1.162 – Procedimento	474
1.163 – Encerramento do feito e destino dos autos.	475
§ 176 – Homologação do Penhor Legal	
1.164 – Penhor legal: efetivação e homologação	478
1.165 – Natureza jurídica da medida processual	479
1.166 – Procedimento	479
1.167 – Sentença	480
1.168 – Execução.	480
§ 177 – Posse em Nome do Nascituro	
1.169 – Conceito	483
1.170 – Natureza da ação	483
1.171 – Legitimação	484
1.172 – Procedimento	484
1.173 – Sentença	485
1.174 – Efeitos	486
§ 178 – Atentado	
1.175 – Conceito	488
1.176 – O atentado no Código de Processo Civil.	488
1.177 – Cabimento	489
1.178 – Pressupostos do atentado	489
1.179 – Exame do casuismo legal	490
1.180 – Legitimidade	491
1.181 – Competência	491
1.182 – Procedimento	492
1.183 – Sentença	492
1.184 – Execução da sentença e suspensão do processo	493
1.185 – Perdas e danos	494
§ 179 – Protesto e Apreensão de Títulos	
1.186 – Protesto cambiário.	496
1.187 – Procedimento	497
1.188 – Registro do protesto	497
1.189 – Dúvidas do Oficial.	498

1.190 – Apreensão do título e prisão do devedor	498
§ 180 – Outras Medidas Provisórias	
1.191 – As medidas cautelares do art. 888 do CPC.	502
1.192 – Procedimento	502

Apêndice – ESTUDOS DO AUTOR SOBRE TEMAS DE PROCESSO DE EXECUÇÃO E PROCESSO CAUTELAR

I – Execução forçada. Obrigações de contratar. Compromisso de compra e venda. Adjudicação compulsória

1 – Execução específica das obrigações	507
2 – Compromisso de contratar	509
3 – O verdadeiro alcance da execução forçada das obrigações de contratar.	511
4 – A tentativa jurisprudencial de contornar a restrição à adjudicação compulsória criada pelo STF.	513
5 – Harmonia final entre a lei, a doutrina e a jurisprudência	516
6 – Conclusões.	518

II – Tutela de urgência

1 – A tutela de urgência e a adequação do sistema processual ao direito material	521
2 – As liminares e a história da antecipação de tutela no direito brasileiro	522
3 – Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade	523
4 – A tradicional distinção entre medidas cautelares e medidas antecipatórias no direito brasileiro	525
5 – A visão unitária da tutela de urgência	527
6 – A fungibilidade reconhecida entre medidas cautelares e medidas antecipatórias no Projeto de Lei nº 3.746/2000.	529
7 – Conclusões.	531

III – Poder geral de cautela

1 – Processo e tempo	533
2 – Processo principal e processo cautelar	534
3 – Pressupostos das medidas cautelares.	535
4 – Conceito de medida cautelar	535
5 – Medidas típicas e medidas atípicas.	536
6 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica.	537
7 – Requisitos das medidas cautelares atípicas	538
8 – O perigo de dano	538
9 – Formas e conteúdos das medidas atípicas	539
10 – Limitações do poder cautelar	540
11 – O procedimento da ação cautelar atípica	544
12 – Conclusão.	544

IV – Tutela antecipada

1 – Intróito	547
2 – A reforma do Código de Processo Civil brasileiro e antecipação de tutela	549
3 – Justificação da tutela antecipada	550

4 – Conceito de tutela antecipada	551
5 – Compatibilização da tutela antecipada com os direitos fundamentais	553
6 – Casos de antecipação de tutela	554
7 – Extensão	555
8 – Pressupostos	556
9 – Outros pressupostos	557
10 – Momento ou oportunidade	558
11 – Provisoriedade	559
12 – Reversibilidade	559
13 – Pessoas jurídicas de direito público	560
14 – Tutela cautelar e tutela antecipada	560
15 – O abuso do direito de defesa como elemento diferenciador entre a tutela cautelar e a tutela antecipada	562
16 – Conclusões	562

V – Antecipação de tutela em ações declaratórias e constitutivas

1 – Noção de antecipação de tutela	565
2 – Requisitos da tutela antecipada	566
3 – Natureza das providências antecipatórias	566
4 – A antecipação de tutela e as diversas modalidades de sentença de mérito	568
5 – Conclusão	575

VI – Execuções das medidas cautelares e antecipatórias

1 – Jurisdição e execução	577
2 – Processo de conhecimento e processo de execução	578
3 – Medidas cautelares	579
4 – Execução das medidas cautelares	580
5 – Caráter mandamental da decisão que ordena medida cautelar	581
6 – Tutela antecipatória	584
7 – Execução das medidas de antecipação de tutela	585

VII – Tutela de emergência – antecipação de tutela e medidas cautelares

1 – Intróito	587
2 – Pressupostos da tutela cautelar e da antecipação de tutela	589
3 – Inconveniência da radicalização na separação dos casos de tutela cautelar dos de antecipação de tutela	592
4 – Conclusões	594

<i>Bibliografia</i>	595
<i>Índice Onomástico</i>	603
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i>	607
<i>Índice dos Fluxogramas</i>	635

ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário V

Procedimentos Especiais

Parte XVI – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

Capítulo LII – Procedimentos Especiais

§ 181	– Generalidades	
1.193	– Conceito	3
1.194	– Razão de ser dos procedimentos especiais.	4
1.195	– Técnicas de especialização procedimental.	5
1.196	– Complementação das regras procedimentais.	6
1.197	– Pressupostos dos procedimentos especiais	7
1.198	– Erro na adoção do procedimento	7

Capítulo LIII – Ação de Consignação em Pagamento

§ 182	– Os Fundamentos do Depósito em Consignação	
1.199	– O direito de pagar.	11
1.200	– A liberação natural e a liberação forçada do devedor	12
1.201	– A ação de consignação em pagamento	12
1.202	– Histórico da consignação em pagamento.	13
§ 183	– O Procedimento da Consignação em Pagamento	
1.203	– Natureza do instituto da consignação	14
1.204	– Natureza processual da ação de consignação.	15
1.205	– Prestações passíveis de consignação	16
1.206	– Cabimento da consignação	16
1.207	– Liquidez da prestação devida.	17
1.208	– Consignação principal e incidental	20
1.209	– Legitimação <i>ad causam</i>	21
1.210	– Competência	23
1.211	– Consignação no local em que se acha a coisa devida	24
1.212	– Oportunidade da consignatória	25
1.213	– Objeto da consignação.	27
1.214	– Obrigação de prestações periódicas.	28
1.215	– Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas	29
1.216	– Quebra da seqüência de depósitos periódicos	30
1.217	– O procedimento especial da consignatória	30
1.218	– Obrigações alternativas	31
1.219	– Valor da causa	32
1.220	– Resposta do demandado.	33

1.221	– Comparecimento do credor para receber	33
1.222	– Não-comparecimento e revelia do demandado	34
1.223	– Levantamento do depósito pelo devedor	35
1.224	– Contestação	36
1.225	– Matéria de defesa	36
1.226	– Complementação do depósito insuficiente	37
1.227	– Sentença	39
1.228	– Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito	39
1.229	– Particularidades da consignação por dúvida	40
1.230	– A posição dos possíveis credores.	40
1.231	– Resgate da enfiteuse.	42
1.231-a.	– A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios	43
1.231-b.	– A consignação de obrigação em dinheiro	45

Capítulo LIV – Ação de Depósito

§ 184	– O Depósito e sua Tutela Judicial	
1.232	– Conceito e espécies de depósito.	49
1.233	– Ação de depósito	50
1.234	– Histórico.	50
1.235	– Natureza da ação	51
1.236	– Objeto da pretensão	52
§ 185	– O Procedimento da Ação de Depósito	
1.237	– Pressupostos da ação	54
1.238	– Legitimação	55
1.239	– Competência	56
1.240	– Especialidade do procedimento	56
1.241	– Caráter expedito do procedimento	57
1.242	– Prisão civil	57
1.243	– Resposta do demandado.	59
1.244	– Entrega da coisa	59
1.245	– Consignação do equivalente econômico	60
1.246	– Consignação da própria coisa	60
1.247	– Contestação	61
1.248	– Sentença e execução	62
1.249	– Outras providências executivas	63
1.250	– Depositário judicial	63
1.251	– Penhor mercantil	65
1.252	– Alienação fiduciária em garantia	67

Capítulo LV – Ação de Anulação e Substituição de Títulos ao Portador

§ 186	– Títulos ao Portador	
1.253	– Tutela processual do título ao portador	69
1.254	– Títulos ao portador tuteláveis	69
§ 187	– Procedimentos Destinados à Tutela dos Títulos ao Portador	
1.255	– Procedimentos especiais referentes aos títulos ao portador	71
1.256	– Ação de reivindicação	71
1.257	– Ação de anulação e substituição	73
1.258	– Legitimação	73
1.259	– Competência	73
1.260	– Especialidade do procedimento (petição inicial e citações)	74

1.261	– Justificação liminar	75
1.262	– Contestação	76
1.263	– Posição processual do devedor	76
1.264	– Sentença	77
1.265	– Ordem de substituição do título	78
1.266	– Destruição do título	79

Capítulo LVI – Ação de Prestação de Contas

§ 188	– Generalidades	
1.267	– Conceito	85
1.268	– Ação de dar e ação de exigir contas	86
1.269	– Natureza jurídica	86
1.270	– Cabimento	87
1.271	– Legitimação e interesse	88
1.272	– Prestação de contas dos administradores judiciais	90
1.273	– Sociedade e prestação de contas	90
1.274	– Ações matrimoniais e prestação de contas	92
1.275	– Prestação de contas entre condôminos	92
1.276	– Organização das contas	93
1.277	– Prova das contas	93
§ 189	– Ação de Exigir Contas	
1.278	– Ação de exigir contas	95
1.279	– Procedimento da primeira fase	95
1.280	– Reconvencção	96
1.281	– Sentença da primeira fase	97
1.282	– Procedimento da segunda fase	97
1.283	– Contas elaboradas pelo autor	98
1.284	– Sucumbência	99
§ 190	– Ação de Dar Contas	
1.285	– Caráter unitário do procedimento	101
1.286	– Procedimento	101
1.287	– Sucumbência	103
§ 191	– Execução Forçada no Procedimento da Prestação de Contas	
1.288	– Sentença e execução	104

Capítulo LVII – Ações Possessórias

§ 192	– Generalidades	
1.289	– A posse e seus efeitos	107
1.290	– A razão da tutela possessória	108
1.291	– O instituto da posse e a paz social	109
1.292	– O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não-transitório)	111
1.293	– Natureza jurídica da posse	112
1.294	– Requisitos da tutela possessória	115
§ 193	– Os Interditos Possessórios de Manutenção, Reintegração e Proibição	
1.295	– Origem dos interditos possessórios	119
1.296	– As ações possessórias	120
1.297	– Competência	121
1.298	– Legitimação ativa	121

1.299	– Legitimação passiva	122
1.299-a	– Petição inicial	122
1.300	– Procedimento: as ações de força nova e força velha	123
1.301	– Medida liminar	123
1.302	– A decisão sobre a liminar	124
1.303	– Posse de coisas e posse de direitos	125
1.304	– O petitório e o possessório	127
1.305	– A exceção de propriedade no juízo possessório	129
1.306	– Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro	130
1.307	– Natureza dúplice das ações possessórias	132
1.308	– Natureza real das ações possessórias	133
1.309	– Natureza executiva do procedimento interdital	134
1.310	– Cumulação de pedidos	136
1.311	– Interdito proibitório	137
§ 194	– Alguns Incidentes Registráveis nos Interditos	
1.312	– Embargos de terceiro	139
1.313	– Medida liminar e mandado de segurança	140
1.314	– Embargos de retenção	141
1.315	– Nomeação à autoria e denunciação da lide	141

Capítulo LVIII – Ação de Nunciação de Obra Nova

§ 195	– Generalidades	
1.316	– O direito de vizinhança e o direito de construir	147
1.317	– Nunciação de obra nova	148
1.318	– Conceito de obra nova	150
§ 196	– Procedimento da Nunciação de Obra Nova	
1.319	– Competência	151
1.320	– Legitimação ativa	151
1.321	– Legitimação passiva	153
1.322	– Participação do cônjuge	153
1.323	– Embargo extrajudicial	153
1.324	– Cumulação de pedidos	154
1.325	– Embargo liminar	155
1.326	– Prosseguimento da obra	156
1.327	– Especialização do rito da nunciação de obra nova	157
1.328	– Sentença e execução	158

Capítulo LIX – Ação de Usucapião de Terras Particulares

§ 197	– Noções Gerais sobre a Prescrição Aquisitiva	
1.329	– Noção de usucapião	161
1.330	– Espécies de usucapião imobiliário no direito brasileiro	161
1.331	– Requisitos gerais do usucapião	162
1.332	– Requisitos do usucapião ordinário	167
1.333	– Requisitos do usucapião extraordinário	169
1.334	– Requisitos do usucapião especial	171
§ 198	– Condições de Procedibilidade	
1.335	– Legitimação ativa	173
1.336	– Legitimação passiva	175

1.337	– Competência	177
1.338	– Conexão e litispendência	177
§ 199	– Procedimento	
1.339	– Procedimento	179
1.340	– Petição inicial	179
1.341	– Citação	181
1.342	– Justificação preliminar	181
1.343	– Contestação	182
1.344	– Revelia	183
1.345	– Pendência de possessória	184
1.346	– Ministério Público	184
1.347	– Instrução e julgamento	185
1.348	– Sentença	185
1.349	– Coisa julgada	186
1.350	– Registro de imóveis	187
1.351	– Usucapião como matéria de defesa	188

Capítulo LX – Ação de Divisão e Demarcação de Terras Particulares

§ 200	– Disciplina Geral do Procedimento Divisório e Demarcatório (Juízo Divisório)	
1.352	– Intróito	191
1.353	– Noções gerais	191
1.354	– As ações divisórias	192
1.355	– Objetivo do procedimento demarcatório e divisório	192
1.356	– Caráter unitário do procedimento	193
1.357	– Procedimento	194
1.358	– Citação única	194
1.359	– Natureza da ação	195
1.360	– Competência	196
1.361	– Competência em caso de cumulação de divisão e demarcação	197
1.362	– Competência em caso de ações propostas separadamente	197
§ 201	– Ação de Demarcação	
1.363	– Legitimação ativa para o procedimento demarcatório	199
1.364	– Legitimação passiva para a demarcação	200
1.365	– Cumulação de demarcatória e reivindicatória	201
1.366	– Demarcatória cumulada com queixa de esbulho	202
1.367	– Roteiro geral do procedimento demarcatório	203
§ 202	– Ação de Divisão	
1.368	– Legitimação ativa para o procedimento divisório	206
1.369	– Legitimação passiva para a divisão	208
1.370	– Litisconsórcio passivo necessário	209
1.371	– Posição dos confrontantes na divisão	210
1.372	– Roteiro geral do procedimento divisório	211
§ 203	– Questões Comuns à Divisão e Demarcação	
1.373	– Divisão e demarcação de posse	213
1.374	– Questões possessórias	214
1.375	– Coisa julgada	214
1.376	– Rescisão do julgado divisório	216
1.377	– Exceção de prescrição	217

1.378	– Divisão e demarcação sumaríssimas (jurisdição voluntária)	218
1.379	– Formalidades importantes no juízo divisório	219
1.380	– Inépcia da petição inicial	219
1.381	– Execução de sentença	220

Capítulo LXI – Inventário e Partilha

§ 204	– Disposições Gerais	
1.382	– Intróito	227
1.383	– Caráter contencioso do inventário	228
1.384	– Inventário negativo	228
1.385	– Competência	229
1.386	– Universalidade do foro sucessório	230
1.387	– Questões solucionáveis no juízo sucessório	230
1.388	– Administração da herança	231
1.389	– O inventariante	232
1.390	– Encargos do inventariante	233
1.391	– Remoção do inventariante	234
1.392	– Legitimação para promover o inventário	236
§ 205	– Inventário	
1.393	– Procedimento	237
1.394	– Petição inicial	237
1.395	– Primeiras declarações	237
1.396	– Citações e interveniências	238
1.397	– Impugnação dos citados	239
1.398	– Herdeiro omitido nas declarações do inventariante	240
1.399	– Avaliação	241
1.400	– Últimas declarações	242
1.401	– Cálculo do imposto <i>causa mortis</i>	242
1.402	– Colações	243
1.403	– Sonegados	244
1.404	– Pagamento de dívidas do morto	245
§ 206	– Partilha	
1.405	– Espécies de partilha	247
1.406	– Partilha judicial. Deliberação	247
1.407	– Esboço e lançamento da partilha	249
1.408	– A sentença da partilha	250
1.409	– O formal de partilha	251
1.410	– Emenda ou retificação da partilha	251
1.411	– Pacto de não partilhar	252
§ 207	– Invalidação da Partilha	
1.412	– Ação de anulação e ação rescisória de partilha	255
1.413	– Conceituação de partilha judicial	255
1.414	– Conceituação de partilha amigável	258
1.415	– Casuismo da rescisória de partilha	258
1.416	– Ação de nulidade de partilha	259
§ 208	– Arrolamento	
1.417	– Simplificação do inventário	262

1.418	– Arrolamento sumário do art. 1.031	262
1.419	– Arrolamento comum do art. 1.036.	264
1.419-a	– Lei nº 6.858, de 24.11.80	265
§ 209	– Disposições Comuns	
1.420	– Medidas cautelares.	266
1.421	– Sobrepartilha	267
1.422	– Curatela especial ao herdeiro.	267
1.423	– Inventários cumulados.	268
1.424	– Honorários de advogado	268
1.425	– Extinção do processo por paralisação da causa	269
1.426	– Assistência judiciária	269
1.427	– Terceiros prejudicados	270

Capítulo LXII – Embargos de Terceiro

§ 210	– Generalidades	
1.428	– Conceito.	277
1.429	– Natureza jurídica	278
1.430	– Requisitos.	279
1.431	– Ato judicial atacável	280
1.432	– Penhora de bem alienado em fraude contra credores.	281
1.433	– Casos especiais	282
1.434	– Embargos a atos do juízo divisório	282
1.435	– Embargos do credor com garantia real	283
§ 211	– Procedimento	
1.436	– Legitimação ativa.	285
1.437	– Legitimação passiva.	288
1.438	– Oportunidade	289
1.439	– Competência	290
1.440	– Procedimento	290
1.441	– Sentença	292

Capítulo LXIII – Habilitação

§ 212	– Procedimento da Substituição da Parte Falecida	
1.442	– Conceito.	295
1.443	– Legitimidade para requerer a habilitação.	296
1.444	– Competência	296
1.445	– Procedimento	296
1.446	– Ação de habilitação	297
1.447	– Habilitação do adquirente e do cessionário	297
1.448	– Efeito do deferimento da habilitação.	298
1.449	– Habilitação direta nos autos do processo principal	298

Capítulo LXIV – Restauração de Autos

§ 213	– Procedimento para Recuperar Autos Desaparecidos	
1.450	– Conceito.	303
1.451	– Objetivo do procedimento	304
1.452	– Legitimidade	304
1.453	– Competência	304
1.454	– Procedimento	305
1.455	– Julgamento da restauração.	305
1.456	– Autos extraviados no tribunal	306

1.457	– Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos	306
-------	---	-----

Capítulo LXV – Vendas a Crédito com Reserva de Domínio

§ 214	– Procedimentos Relativos ao Pacto de Reserva de Domínio	
1.458	– Conceito	309
1.459	– Procedimento da execução do preço	309
1.460	– Procedimento da recuperação da própria coisa	310

Capítulo LXVI – O Juízo Arbitral

§ 215	– Procedimento da Arbitragem	
1.461	– O juízo arbitral no direito brasileiro.	315
1.462	– Disposições gerais	316
1.463	– Convenção de arbitragem	317
1.464	– Cláusula compromissória.	317
1.465	– Requisitos da cláusula compromissória.	318
1.466	– Execução da cláusula compromissória	318
1.467	– Autonomia da cláusula compromissória	319
1.468	– Compromisso arbitral	320
1.469	– Extinção do compromisso arbitral	321
1.470	– Os árbitros	321
1.471	– O procedimento	322
1.472	– Medidas cautelares.	323
1.472-a	– Sentença arbitral	324
1.472-b	– Requisitos da sentença arbitral	324
1.472-c	– Recursos	324
1.472-d	– Nulidade da sentença arbitral	325
1.472-e	– Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	326
1.472-f	– Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro	327

Capítulo LXVII – Ação monitória

§ 216	– Noção Geral do Procedimento Monitório	
1.473	– Intróito	331
1.474	– Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo	331
1.475	– Em que consiste o procedimento monitório	332
§ 217	– A Ação Monitória no Código de Processo Civil Brasileiro	
1.476	– Condições de admissibilidade da ação monitória	335
1.477	– O procedimento monitório brasileiro.	335
1.478	– Objeto.	337
1.479	– Legitimidade ativa	337
1.480	– Legitimidade passiva	338
1.481	– Prova	339
1.482	– Procedimento	341
1.483	– Embargos à ação monitória	342
1.484	– Coisa julgada	343

Parte XVII – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

Capítulo LXVIII – Jurisdição Voluntária

§ 218	– Generalidades	
1.485	– Intróito	347
1.486	– Iniciativa do procedimento e participação dos interessados	348

1.487	– A função do juiz	349
1.488	– Procedimentos	349

Capítulo LXIX – Alienações Judiciais

§ 219	– Procedimento das Alienações Judiciais	
1.489	– Alienações judiciais	353
1.490	– Alienações cautelares	353
1.491	– Iniciativa da medida	354
1.492	– Casos de alienação judicial expressos em lei	354
1.493	– Leilão	354
1.494	– Avaliação prévia	355
1.495	– Publicidade	356
1.496	– Arrematação	356
1.497	– Destino do produto da alienação	356
1.498	– Custódia do produto	357
1.499	– Outros bens alienáveis judicialmente	357
1.500	– Bens indivisíveis em inventário e partilha	357
1.501	– Bens de órfãos	358
1.502	– Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio	358
1.503	– Alienação irregular do bem comum indivisível	360
1.504	– Procedimento especial da adjudicação	360

Capítulo LXX – Separação Consensual

§ 220	– Procedimento da Separação Consensual	
1.505	– Noções introdutórias	365
1.506	– Natureza jurídica	365
1.507	– Requisitos	366
1.508	– Legitimação	366
1.509	– Competência	366
1.510	– Petição inicial	366
1.511	– Procedimento	368
1.512	– Sentença de homologação	369
1.513	– Reconciliação do casal	369
1.514	– Revisão e rescisão do acordo de separação	370

Capítulo LXXI – Testamentos e Codicilos

§ 221	– Procedimento da Apresentação dos Testamentos em Juízo	
1.515	– Objetivo do procedimento	373
1.516	– Competência	374
1.517	– Procedimento	374
1.518	– Sentença	375
1.519	– Efeitos	375
1.520	– Busca e apreensão	375
1.521	– Testamento público	375
1.522	– Testamento particular	376
1.523	– Procedimento	377
1.524	– Testamentos marítimo e militar e codicilo	378
1.525	– Testamenteiro	378

Capítulo LXXII – Herança Jacente

§ 222	– Procedimento da Arrecadação de Herança Jacente	
1.526	– Conceito moderno de jacência da herança	381

1.527	– Competência	382
1.528	– Legitimação	382
1.529	– Procedimento	382
1.530	– A administração da herança jacente	383
1.531	– Habilitação	384
1.532	– Declaração de vacância	384

Capítulo LXXIII – Bens de Ausente

§ 223	– Procedimento da Arrecadação de Bens de Ausente	
1.533	– Ausência	387
1.534	– Pressupostos	387
1.535	– Competência	387
1.536	– Fases do procedimento	388
1.537	– Procedimento da primeira fase	388
1.538	– Procedimento da sucessão provisória	388
1.539	– Conversão da sucessão provisória em definitiva	389

Capítulo LXXIV – Coisas Vagas

§ 224	– Procedimento da Arrecadação das Coisas Vagas	
1.540	– Conceito	393
1.541	– Legitimação	393
1.542	– Competência	393
1.543	– Cabimento	394
1.544	– Procedimento	394

Capítulo LXXV – Curatela dos Interditos e Tutela dos Órfãos

§ 225	– Procedimento da Interdição e da Tutela	
1.545	– Natureza jurídica da interdição	397
1.546	– Legitimado passivo	397
1.547	– Competência	398
1.548	– Legitimidade para promover a interdição	398
1.549	– Petição inicial	399
1.550	– Procedimento	399
1.551	– Sentença	400
1.552	– Eficácia da sentença sobre atos do interditando	400
1.553	– Rescisória	401
1.554	– Levantamento da interdição	401
1.555	– Investidura dos curadores	401
1.556	– Remoção de curador	402
1.557	– Disposições comuns à nomeação de tutor e curador	402

Capítulo LXXVI – Organização e Fiscalização das Fundações

§ 226	– Procedimento da Organização e Fiscalização das Fundações	
1.558	– Conceito de fundação	405
1.559	– Procedimento da instituição da fundação	405
1.560	– Estatutos confiados à elaboração de terceiro	406
1.561	– Alteração do estatuto	406
1.562	– Extinção da fundação	407

Capítulo LXXVII – Especialização da Hipoteca Legal

§ 227	– Procedimento da Especialização da Hipoteca Legal	
1.563	– Conceito de hipoteca legal	411

1.564	- Competência	412
1.565	- Legitimação	412
1.566	- Procedimento	412
1.567	- Bens insuficientes	413
1.568	- Especialização negocial	413
1.569	- Eficácia da hipoteca	413

Parte XVIII – JUIZADO ESPECIAL CIVIL

Capítulo LXXVIII – As Pequenas Causas e o Acesso à Justiça

§ 228	- Juizado Especial Civil, ou Juizado de Pequenas Causas	
1.570	- Intróito	417
1.571	- Juizado especial ou juizado de pequenas causas?	418
1.572	- O juizado especial civil	419
1.573	- Criação do juizado especial	420
1.574	- Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	420
1.575	- Princípios informativos	420
1.576	- Princípio da oralidade	421
1.577	- Outros critérios informativos do procedimento do juizado especial	422
1.578	- Conciliação	422
1.579	- A facultatividade do juizado especial	423
§ 229	- O Órgão Judicante: Competência e Composição	
1.580	- Competência	425
1.581	- Foro competente	425
1.582	- Competência para execução forçada	426
1.583	- Limitações à competência	426
1.584	- O órgão judicante	426
1.585	- Distribuição de funções: tarefa do juiz	427
1.586	- Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores	427
1.587	- O juízo arbitral	428
§ 230	- Partes	
1.588	- Legitimação <i>ad causam</i>	430
1.589	- Legitimação <i>ad processum</i>	430
1.590	- Litisconsórcio e intervenção de terceiros	431
1.591	- Intervenção do Ministério Público	431
§ 231	- Os Atos Processuais e o Procedimento	
1.592	- Os atos processuais e sua forma	432
1.593	- O procedimento	432
1.594	- A propositura da ação	433
1.595	- Citações e intimações	433
1.596	- Requisitos da citação	434
1.597	- Intimações	434
1.598	- A audiência de conciliação, instrução e julgamento	434
1.599	- A resposta do réu	435
1.600	- As provas	436
§ 232	- A Sentença e os Recursos	
1.601	- A sentença	437

1.602	-- Recursos	437
1.603	-- Extinção do processo	439
§ 233	-- Execução e Disposições Especiais	
1.604	-- Execução forçada	441
1.605	-- As despesas processuais no juizado especial civil	442
1.606	-- Curadorias e assistência judiciária	443
1.607	-- Acordos extrajudiciais	443
1.608	-- Ação rescisória	443
1.609	-- Disposições finais sobre a organização dos juzizados especiais	443

Capítulo LXXIX – O Juizado Especial Federal

§ 234	-- As pequenas causas na Justiça Federal	
1.610	-- A instituição do juizado especial federal	447
1.611	-- Disciplina legal	447
1.612	-- Princípios informativos	447
1.613	-- Competência absoluta	448
§ 235	-- Órgão Judicante	
1.614	-- Composição do órgão judicante	449
1.615	-- Sessão de conciliação	449
1.616	-- Competência	449
1.617	-- Causas de competência dos juzizados especiais federais	449
§ 236	-- Partes	
1.618	-- Legitimação	451
1.619	-- Intervenção de terceiros e litisconsórcio	451
1.620	-- Ministério Público	451
1.621	-- <i>Jus postulandi</i> e representação das partes	451
§ 237	-- Atos Processuais e Procedimento	
1.622	-- Princípios	453
1.623	-- Atos de comunicação processual	453
1.624	-- Uso de meios eletrônicos	453
1.625	-- Prazos	454
1.626	-- Petição Inicial	454
1.627	-- Resposta	454
1.628	-- Exceções	454
1.629	-- Sessão de conciliação	454
1.630	-- Instrução probatória	455
1.631	-- A sentença e as máximas de experiência	455
1.632	-- Reexame necessário	456
§ 238	-- Sistema Recursal	
1.633	-- Recursos no juizado especial	457
1.634	-- Recurso especial e recurso extraordinário	457
1.635	-- Incidente de uniformização de jurisprudência	458
§ 239	-- Execução e Medidas Preventivas	
1.636	-- Execução	459
1.637	-- Medidas cautelares	459
1.638	-- Antecipação de tutela	460

<i>Bibliografia</i>	463
<i>Índice Onomástico</i>	469
<i>Índice Alfabético de Assuntos</i>	473
<i>Índice dos Fluxogramas</i>	489